

A ÁFRICA ÚTIL

ADRIANO MOREIRA¹

O fim da guerra fria marca o início do desenvolvimento de uma conjuntura cujos traços dominantes não foram previstos por nenhuma das múltiplas instâncias prospectivas organizadas pelos Estados e pelas organizações internacionais.

Em vez de uma consolidada paz pelo direito, foi a tese das guerras sem fim que parece corresponder melhor ao estado de natureza em que delapidam vidas, recursos, e valores.

Próximo da nossa experiência nacional, pense-se em como Angola viveu em guerra desde que em 1975 lhe foi reconhecida a independência, ou na anarquia em que continua mergulhada a Guiné-Bissau, até na dificuldade com que a sociedade civil de Timor parece receber o desafio do acomodamento à libertação da Indonésia.

Por outro lado, para que não pareça que tal situação é específica do fim do império português, recorde-se o drama do Sudão desde 1955, do processo iniciado no Zaire com a tomada do poder por Mobutu Sese Seko em 1965, do afundamento da ordem na Libéria e na Serra Leoa, do genocídio do Corno de África. Tudo isto enquanto, sobre os destroços da implosão da URSS, foi pregada a convicção de que a democracia, os direitos do Homem, e a economia de mercado, tendiam para serem reconhecidos como valores comuns da Humanidade. Tudo inspirando uma teoria do fim da história, que finalmente mais parece apoiar um unilateralismo americano em exercício, do que apaziguar os conflitos históricos entre etnias, nacionalismos, ideologias, culturas, e projectos estratégicos estaduais e de poderes erráticos ameaçadores.²

¹ Presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa.

² C. Geffray, *La cause des armes au Mozambique*, Karthala, Paris, 1990. R. Marchal e C. Messiant, *Les Chemins de la guerre et de la paix. Fins de conflit en Afrique orientale et australe*, Karthala, Paris, 1997. T. Hodges, *Angola from Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism*, James Curre-Indiana University Press, Londres, 2001.

A ideia de que a lógica da anarquia, revisitada por Barry Buzan (1993), e desenvolvida por Hedley Bull (1977), era o conceito mais apropriado para tentar compreender o processo, também encaminhou no sentido de repor os conceitos que animaram a visão europeísta do mundo anterior à época da globalização.

Foi na década de 1880 que James Lorimer, um jusnaturalista de nomeada, resumiu a doutrina ocidental no sentido de que a Humanidade estava dividida em três áreas, civilizada, bárbara e selvagem, sendo que a primeira compreendia as nações da Europa e das Américas, elas próprias organizadoras e únicos membros da verdadeira comunidade internacional. Entre os bárbaros inclui a Turquia, Pérsia, Sião, China e Japão, ficando o resto do mundo para a responsabilidade colonizadora, uma visão da qual resta menção expressa no estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, que autonomiza o direito comum dos Estados civilizados entre as fontes do direito internacional.³

Esta lembrança de não muito antiga conceptualização euromundista das áreas do mundo ainda não globalizado do ponto de vista da teologia de mercado, é feita na data em que o esgotamento do modelo colonizador ocidental começa a ser substituído por ensaios de hegemonia ainda não completamente definidos.

Naquele modelo colonizador cada uma das soberanias ocidentais, sobretudo da frente marítima atlântica, proclamava uma responsabilidade ética, por distante que a prática estivesse dos princípios: evangelizar foi assumido pelas soberanias peninsulares, espalhar as luzes era alegado pelos franceses, levar a civilização às regiões mais afastadas era anunciado pela Inglaterra.

À medida que as legiões foram chamadas às várias Romas europeias, a Cooperação Norte-Sul apareceu como resposta a uma visão conflituosa que alastrou pelo antigo Sul colonizado, e como nova técnica de proeminência moralizada dos países membros daquilo que o maoísmo chamou a cidade planetária do Norte.

São vários os factores que, depois do fim da guerra fria, acentuaram as ambiguidades das chamadas políticas de cooperação. Em primeiro lugar é de notar que as soberanias coloniais, em retirada, pareceram mais de uma vez pretenderem que tal facto se traduzisse na transferência das despesas improdutivas para os orçamentos locais dos novos Estados, guardando uma área de intervenção económica privativa a delimitar com as organizações multilaterais em progresso.

³ Barry Buzan, Charles Jones, Richard Little, *The logic of anarchy*, Columbia University Press, Nova York, 1993. Hedley Bull, *A Sociedade Anárquica*, Editora da Universidade de Brasília, S. Paulo, 2001, pag. 48.

Assim é que o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial não escaparam à crítica do compromisso com os interesses dos Estados dominantes na cena mundial, a França procurou assegurar uma eficácia de gendarmerie no âmbito da acção tropical da União Europeia no quadro das Convenções de Lomé, o Reino Unido tenta preservar a Comunidade Britânica e a relação privilegiada com os EUA, e Portugal ensaia a solidariedade horizontal da CPLP.⁴

Mas é visível que, como sublinharam Jean-Jacques Gabas e J. Coussy, se verificou “uma fadiga da ajuda” depois da queda do Muro em 1989, e uma reorientação política muito vinculada ao novo estatuto dos países da Europa central e oriental, atraídos para a segurança da NATO e para o desenvolvimento da União Europeia. De acordo com as referidas análises, foi a África subsariana, e os países da África do Norte e do Médio Oriente que viram declinar a ajuda, com especial incidência nas primeiras.⁵

As motivações para que esta mudança se tenha acentuado a partir da década de noventa não dizem apenas respeito a perspectivas de interesse específico dos países doadores, e a mudanças dos projectos políticos abrangentes do espaço europeu. Talvez tenham presença no processo, como foi observado, as diferenças de conceitos operacionais, designadamente o facto de designações como pobreza, associação, governo democrático, cooperação, não terem o mesmo conteúdo para os decisores locais e para os governos, organizações não governamentais, instituições financeiras e empresariais que sustentam os programas de desenvolvimento.

Uma área onde a diferença de conceito do bom governo, que para os ocidentais significa ideologicamente democracia, se depara com antagonismos fundamentais.

Em primeiro lugar porque a herança histórica dos colonizadores, mesmo os que eram na sede democracias estabilizadas, não foi a do modelo democrático. Trate-se do Reino Unido, da França, da Bélgica, da Holanda, de Portugal, ainda que as autoridades coloniais tivessem designações variadas como vice-rei, alto-comissário, governador, o facto comum é que a concentração dos poderes era a regra, e o modelo democrático estava ausente.

O objectivo das lutas descolonizadoras, ou armadas ou não ultrapassando o diálogo político, foi o de assumir aquele poder alienígena longamente exercido, e não submetido às cautelas organizacionais de Montesquieu.

⁴ Comité d'aide au développement, Rapport 1998, OCDE, Paris, 1999. GEMDEV, *La Convention de Lomé en question*, Karthala, Paris, 1998.

⁵ J. Coussy, J.J. Gabas, *Crises Financières et modèles de coopération*, L'Économie Politique, n.º. 2, Alternatives Économiques, Paris, 1999.

Ainda quando os líderes tiveram formação nos centros universitários metropolitanos, o certo é que a divisão dos poderes entre legislativo, executivo e judicial, mais a formação dos corpos de intervenção que são o aparelho administrativo, o aparelho diplomático, e o aparelho militar, com a reserva de que o mesmo titular não pode pertencer a mais de uma das fileiras, exige uma dimensão das elites dotadas de competências técnicas, e uma vinculação à cultura específica do modelo, que não foi parte considerável do legado colonial.

Por isso a luta interna pela posse do poder integral se desenvolveu para além do combate contra o colonizador, e da obtenção da independência.

Também aqui a interpretação ocidental recorreu com frequência ao conceito de guerra civil, talvez pouco indicado para conflitos entre formações que deveriam elas próprias assumir o objectivo de estruturar a inexistente solidariedade nacional, mas que em primeiro lugar pretendiam apoderar-se do poder total sobre o território e em relação a todas as comunidades que o modelo colonial tinha acantonado dentro das fronteiras herdadas.

Não será necessário recordar violências como a do genocídio cometido no Biafra, ou a longa guerra de Angola, ou a luta pelo poder na Etiópia, convindo em todo o caso não esquecer que, durante a guerra fria, a rivalidade dos Blocos Militares teve ali presença, lutando por interposta entidade, e desenvolvendo um comércio de armas que continua a exhibir os resultados noutras latitudes, como acontece no Iraque. Se a mudança de 1989 fez diminuir a importância daquele factor, o certo é que na entrada deste milénio a violência interna está viva na Nigéria, na África do Sul, no Burundi, em Madagáscar, na Libéria, no Sudão, na Serra Leoa, na Guiné, ao mesmo tempo que parecem desvanecer-se os carismas dos homens excepcionais como Leopold Séder Senghor e Mandela, para voltarem a emergir lideranças como a de Mugabe no Zimbabwé.

A percepção dos doadores foi recusando orientar a ajuda para regimes caracterizados pela desviada utilização dos fundos, ao mesmo tempo que os anuais relatórios do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) mostram que os fluxos não se reflectem na melhoria da qualidade de vida, na saúde, na alimentação, na alfabetização, isto é, nos indicadores do desenvolvimento humano sustentado. Trata-se do referido fenómeno da "fadiga da ajuda".

As próprias Convenções de Lomé, renegociadas em 1995 no quadro de um pouco confessado projecto de reconstruir a Euroáfrica, e abrangendo os países ACP, da África, das Caraíbas e do Pacífico, condicionou as ajudas por uma reorientação política no sentido de exigir o respeito pelos direitos do Homem, pelo multipartidarismo, pela

gestão aceitável do Estado, em suma pelo modelo democrático que não consta do legado colonial.

Por seu lado, a OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico) pretendeu monitorizar o desastre africano programando obter, até 2015, a redução da miséria em cinquenta por cento, a redução de dois terços da mortalidade infantil até aos cinco anos de idade, assegurar a alfabetização.

A multiplicação dos projectos não impediu o agravamento das condições gerais de África, ao mesmo tempo que os arranjos políticos na cidade planetária do Norte, incluindo os conflitos armados, deixaram aprofundar a fadiga da ajuda ao continente mais perdido do mundo, levando a substituir o conceito da solidariedade proclamada nos textos pelo conceito da África útil, à margem dos dramas das populações: petróleo, diamantes, metais raros, mercado de armas, tráfico de influências, teologia de mercado.

No decénio de 1990-2000, a Ajuda para o Desenvolvimento (ADP) concedida pelos países da OCDE caiu de 29%, e no mesmo período “a ajuda recebida pela África passou de 32 dólares por habitante e por ano para 19 dólares”.

Assim como este trânsito da África para o estatuto de África útil pareceu acentuar-se com a queda do Muro de Berlim em 1989, agora, depois dos atentados de 11 de Setembro de 2001, parece repor-se o continente no jogo global contra o terrorismo: trata-se de controlar o avanço do islamismo, das migrações que invertem os termos de referência coloniais para fazer surgir a questão dos “trópicos na Europa”, das epidemias, do dinheiro sujo, uma renovação da polemologia do século XXI que inquieta visivelmente os Estados Unidos da América, a França, e a Alemanha, esta a dotar-se de uma política africana.

Trata-se de renovar o interesse por uma população que se multiplica e resiste, mas que se inscreve entre as mais pobres do mundo, com um subdesenvolvimento grave, vítima da fome e das epidemias em que se destaca a sida, com gerações que não conheceram mais do que a guerra.

As coisas não são tão deprimentes na por vezes chamada África Branca, que vai do Magreb ao Egipto, e cuja instabilidade política é também inquietante. Mas a África subsariana, com cidades de refúgio desmesuradas, pouco representa na globalização da economia, e necessita prioritariamente de ajuda humanitária, com uma população jovem, na qual 60% tem menos de vinte anos, e precisa urgentemente de futuro.

A nova época marcada pelo ataque de 11 de Setembro viu reaparecer a África na agenda internacional quando o G-8 reuniu em 26 e 27 de Julho de 2001 no Canadá, e decidiu reformular a dimensão da ajuda ao desenvolvimento, com um crescimento significativo para o período de 2002 a 2006, ao mesmo tempo que se procederá a uma redução da dívida pública. Os factos, segundo os críticos, não acompanham as intenções, porque nem os EUA nem a União Europeia mostraram a disposição de diminuir o proteccionismo que obsta à importação dos produtos agrícolas africanos, de que os países da área muito dependem, para além do petróleo. A mensagem de resposta da Organização da Unidade Africana, de 9 de Julho de 2001, reunida em Lusaka (Gâmbia), anunciou uma aproximação às exigências de respeito pelos valores democráticos e do bom governo, e a presença de quatro Chefes de Estado africanos em Kananaskis consolidou a esperança de que o conceito da África útil, que foi dominante na última década do século passado, possa ser finalmente eliminado a favor da superação da marginalização e do abandono. A atitude internacional será muito dependente das atitudes internas do continente. O facto irrecusável (PNUD) é que em 1980 os africanos eram 22 vezes menos ricos que os americanos, e que na entrada deste milénio o são 86 vezes. Sugiro que o globalismo económico da época assuma que o passivo também é global.

Para ajudar a tornar claro o sentido do angustiante conceito da África útil, terminarei fazendo referência a um livro de Julia Blackburn, intitulado *A última ilha do Imperador*. Trata da ilha de Santa Helena, descoberta em 1502 por João da Nova vindo da Índia, na qual morreu Napoleão, e que supostamente teve por primeiro habitante, também condenado e sem mais companhia, um português Fernão Lopes que actualmente ali vive na memória popular.

Depois de relatar a evolução da dependência da ilha para com os sucessivos soberanos, a autora faz a proposta desta síntese: “Em 1651, a ilha tornou-se aquilo que se designava na altura uma feitoria. Deixara de ser considerada um porto de escala para os navios de passagem e começou a ser vista como um entreposto comercial, possuído e gerido por um consórcio de negociantes ingleses conhecido como Companhia das Índias Orientais. Estabeleceram-se na ilha um governador e um grupo de funcionários administrativos que tinham a seu cargo a operação da feitoria, mas todas as decisões importantes tinham de ser tomadas pelo conselho de administração, que se reunia na sede da Companhia, em Londres. Nenhum dos directores vira alguma vez Santa Helena e, portanto, quando era necessário responder a um pedido urgente, tornava-se-lhes difícil compreender a natureza exacta do problema. Para além disso, era preciso pelo menos um ano – e às vezes muito mais – para uma comunicação chegar a Inglaterra e voltar. A Companhia não era responsável perante ninguém a não ser os seus accionistas e tinha um objectivo simples e único: o lucro.

Foi assim que tudo o que pertencia a Santa Helena – as suas rochas, as suas árvores, o solo, as aves que voavam sobre ela e as criaturas marinhas que nadavam no mar à sua volta, assim como as pessoas e os animais que a tinham adoptado recentemente como seu novo lar – passou a ser visto em termos de dinheiro que poderia render à Companhia ou que a Companhia esperava obter com a sua venda”.

O processo colonizador não correspondeu em todos os lugares a esta tremenda imagem, e faz parte do legado português uma contribuição que, do Brasil a Timor, na linha dos 3 AAA (Ásia, África, América Latina) tem presença muito valiosa na história do encontro dos povos e culturas.

Mas os defeitos das virtudes da descolonização que se processou no século passado projectaram-se na relação de “cidade planetária” do Norte com “o campo circundante do Sul”, em termos de crescer a atitude da primeira, que se recusa a participar responsabilmente nos destinos dos povos dos territórios do Sul pobre, visto este em termos da utilidade que os seus recursos - petróleo, diamantes, metais raros - têm para o funcionamento das sociedades afluentes e de consumo.

No clima de ansiedade que vivemos, causado pela segunda guerra do Iraque, já o Presidente Thabo Mbeki se declarou alarmado (8 de Abril de 2003) por antever que o critério económico da utilidade, induz a inversão do processo da descolonização que foi enquadrado pela ONU, no sentido de vir do exterior, imposto pela força, um modelo de governação local.

Este sentimento não é certamente o melhor dos alicerces para que uma nova ordem venha rapidamente colocar um ponto final na anarquia madura em que se transformou a vida internacional.

